

**IGREJA**  
**DE SANTO**  
**ANDRÉ**  
**DE TELÕES**  
AMARANTE

**IGREJA**  
DE SANTO  
ANDRÉ  
DE TELÕES  
AMARANTE



Planta.

## INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Implantada num outeiro sobre viçoso vale, a Igreja de Telões parece confirmar a sua origem na Granja Real, que a lenda diz ter sido tomada ao neto do rei mouro nas refregas da Reconquista. Acrescenta o anónimo narrador que sendo um dos senhores da dita quinta o piedoso fidalgo Rodrigo Froiaz, este ali mandou erguer um mosteiro, onde pôs como primeiro abade D. Gusmão Pais, tudo no ano de 887 (Santo Tomás, 1651: 89)<sup>1</sup>. Embora a data coincida com o avanço estratégico de D. Afonso III das Astúrias (848-910) até à linha do Douro, não existe documentação que possa confirmar o ato fundacional, nem sequer a indicação do primeiro abade. Todavia, dada a persistente interferência, nos séculos seguintes, do poder senhorial em Telões, podemos integrá-lo no conjunto de igrejas ou mosteiros familiares, abundantemente instituídos a norte do Douro até ao século XI.



Vista geral.

Embora quer os inquiridores de D. Afonso II (1220), quer os de D. Afonso III (1258) apresentem o mosteiro de Telões afeto à terra ou julgado de Basto, pouco menos de século e meio adiante, em 1320, os recebedores régios o indicam na terra de Sousa, sendo então titulado como Igreja de “Tolões”<sup>2</sup>. Esta foi taxada na avultada soma de 1200 cruzados destinados ao esforço das Cruzadas – valor só igualado, na região, por Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses)

<sup>1</sup> Ainda no século XVIII Francisco Craesbeeck (1992: 331) acentua a ideia da Granja.

<sup>2</sup> Remetemos para a obra de Eduardo Teixeira Lopes (2008), que transcreve e atualiza a documentação referente à atividade fiscalizadora dos reinados de D. Afonso II, D. Afonso III, D. Afonso IV e D. Dinis.

e suplantado por Travanca (Amarante) – o que, de certa forma, nos elucidava sobre a importância económica do mosteiro de Santo André o qual, mesmo reduzido a igreja secular, prosseguiu ao longo da Idade Média como importante polo religioso e cultural<sup>3</sup>.

Em meados do século XVI e não obstante o título de mosteiro que lhe dá João de Barros, estava perfeitamente consolidada a condição paroquial da Igreja, desapossada do espaço monástico – embora nominalmente permanecesse a memória do mesmo. Diz então o cronista: “no conselho de Cerolico fica o Mosteiro de Toloins e o Mosteiro de Lordello, que não tem frades e val cada hu duzentos mil reis. São annexos a Guimarães” (Barros, 1919: 78-9).

Esta ligação a Guimarães não era recente quando Barros escreveu a sua monografia, embora datasse de 1475 a união com a colegiada vimaranense<sup>4</sup>. Uma tradição vertida nas crónicas monásticas atribuía a remota fundação de Telões ao fervoroso arrojo dos elementos da nobreza reconquistadora do século IX e à irradiação, desde Guimarães, de um conjunto de monges para fundar novas casas (Santo Tomás, 1651: 89). Do que sabemos é que, quer a intervenção dos Sousões nos domínios locais e do próprio mosteiro, quer a intervenção de várias instituições para controlar um território de fronteira, no limiar de dioceses, terras e julgados, pode ter concentrado em Telões interesses que poderão explicar a indefinição geográfica e na hierarquia institucional, ao longo dos séculos XIII e XIV.

222

Ao amanhecer da modernidade, porém, a sua condição era perfeitamente reconhecida: igreja matriz, reitoria do arcebispado de Braga apresentada pelo cabido da colegiada de Guimarães, paróquia do termo do concelho de Celorico de Basto, nas proximidades da vila de Amarante e no trajeto da estrada do Porto a Trás-os-Montes<sup>5</sup>.

Em 1726, Francisco Craesbeeck apresenta-nos a Igreja com sacrário, mas sem o capital documental que o cronista aproveitou amiúde na redação da sua monografia: sepulturas e inscrições capazes de lançarem luz sobre os tópicos preferidos dos memorialistas de setecentos, ou seja, a nobreza e a antiguidade. Segundo ele, “dentro da igreja se não achão hoje sepulturas antigas, por se tirarem as que havião e se lagear de novo, para serem sepulturas comuas a todos (...)” (Craesbeeck, 1992: 332)<sup>6</sup>. Esta reitoria era proveitosa, com rendimentos que atingiam os 250 mil réis e, em 1758, superintendia no religioso sobre 173 moradores (fogos), como refere o autor do *Portugal sacro-profano...* (Niza, 1767: 248-249).

3 A existência de topónimos similares a Telões ou Tolões parece ter confundido alguns dos autores que se debruçaram sobre a história local e regional. Efetivamente, não muito longe de Amarante e da terra de Basto, já na Idade Média se conhecia Santa Comba de Tolões (ou Tolões do Monte, Baião) e Telões de Aguiar da Pena. E a sul do Douro, na terra de Castelo Mendo, o catálogo das igrejas de 1320 refere uma igreja também dedicada a Santo André, e também dita de Telões. Mas, no caso da atual freguesia de Amarante, embora se usem ambas as grafias ao longo da sua história, parece ter sido mais frequente o uso do topónimo “Tolões”, pelo menos a partir de 1269 (Almeida e Peres, 1971; Moreira, 1989-1990: 78-79).

4 Segundo Francisco Craesbeeck (1992: 331), seguido por muitos outros autores, foi o cónego João de Barros, último prior de Telões, que entregou ao cabido de Guimarães este mosteiro, por doação de 1475.

5 Em 1692 era assim que descrevia o padre Torcato Peixoto de Azevedo a situação da Igreja de Telões: “apresenta o cabido por si, sem os priores, a igreja de Santo André de Telões com suas annexas, a qual antigamente foi mosteiro de Santo Agostinho, a qual lhe deu a rainha D. Mafalda, mulher d’el-rei D. Affonso Henriques, e tinha sido fundado por Rodrigo Forjaz, tronco dos Pereiras em 887, e foi o ultimo commendatario delle o devoto João de Barros, cónego da Sé de Braga, e fez delle doação a Santa Maria de Guimarães em 1475, governando a igreja Xisto 4.º que passou as bulas (...)” (Azevedo, 1845: 251).

6 Esta nota soa a crítica (do ponto de vista do historiador ou do homem?), que o autor desenvolve: “(...) esta disposição fez perder a memoria de muitas antiguidades, que por ellas se conheciam (...)” (Craesbeeck, 1992: 332).

## O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

“**H**á aqui um mosteiro com uma airosa galilé, ainda que restaurada. Quando o viajante sai das estradas principais cobra sempre grandes compensações. O vale onde foi construído Telões é aberto, amplo, passa aqui um ribeiro qualquer, e quando o viajante vai entrar na igreja são horas de bater o relógio” (Saramago, 1985). Foi com estas palavras que o Nobel da literatura, José Saramago, nos descreveu a sua chegada à Igreja de Santo André de Telões. Embora a Igreja atual tenha uma clara origem românica, cujos principais vestígios se concentram ao nível da cabeceira, a verdade é que a sua fábrica primitiva foi profundamente transformada ao longo dos séculos, denotando uma evidente vontade de atualização estética e de adaptação às novas liturgias.



Fachada oriental.



Fachada ocidental. Galilé e portal.

223



Arco triunfal e capela-mor.

Com planta retangular, a abside de Telões foi certamente concebida para ser abobadada, conforme denunciam os contrafortes exteriores, terminados bastante abaixo da cornija, dispostos nos seus paramentos laterais e na parede fundeira. Tendo em conta a sua forma, Manuel Real identifica-lhes uma ascendência asturiana (Real, 2001: 32). Embora este autor afirme o caráter precoce deste testemunho românico, que coloca na primeira metade do século XII (Real, 2001: 32), já Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978: 272) atribui uma cronologia mais recente ao conjunto dos vestígios românicos de Telões. Assim, os elementos estilísticos do arco cruzeiro acusam uma cronologia tardia: as bases bolbiformes são evoluídas, as impostas têm um aspeto tardio e os robustos capitéis mostram temas vegetalista já bastante presos ao cesto<sup>7</sup>. Além disso, o portal principal, abrigado pela galilé da Época Moderna, fala-nos de um “românico de resistência”: composto por três arquivoltas quebradas, com arestas vivas e sem qualquer ornamentação, não ostenta qualquer coluna, pelo que estas se apoiam diretamente sobre os pés-direitos do muro. Com tímpano liso, as mísulas estriadas assumem-se como o único elemento ornamentado do conjunto.

<sup>7</sup> Cremos ser um pouco forçada a leitura proposta por Xosé Lois García (1997: 69), que aqui encontra um significado eucarístico: no capitel do lado da Epístola, um cacho de uvas e, no outro, a representação do pão.



Fachada norte.



Fachada sul. Nave.

Os paramentos da nave, onde se encontram cachorros com decoração simples ou lisa, idênticos aos da abside, e que confirmam esta cronologia bastante tardia, mostram um considerável número de cicatrizes, refletindo, assim, as vivências por que foi passando a primitiva fábrica de Telões: acrescentos, apeamentos, abertura de vãos de iluminação. Também o desenho flordelizado do óculo, que na fachada principal encima o portal, concorre para confirmar esta cronologia bastante tardia de Telões. Tal facto não nos deve espantar se tivermos presente que na tão próxima região do Vale do Sousa a arquitetura românica apresenta um panorama idêntico ao nível da sua definição temporal. Tanto aqui, como na região do Vale do Tâmega, a maior parte das edificações românicas resulta da reedificação de estruturas monásticas naturalmente anteriores, algumas delas já existentes no século X ou, neste caso, no século XI. Recorde-se o flagrante exemplo do Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel). Deste modo, podemos facilmente compreender porque é que encontramos nestas regiões testemunhos arquitetónicos românicos tão tardios. É, pois, o caso de Telões. Além disso, a Igreja de Telões teria de ser ou obra acabada ou quase concluída em 1269, pois, nesse ano, Domingos Pais, cónego da sé do Porto, deixou certas lâmpadas ao mosteiro de Telões, para iluminação e ornamentação dos altares de São Lourenço e Santa Maria Madalena (Morujão, 2010: 358-359).

224



Fachada ocidental. Óculo.



Vista geral do interior a partir da nave.

Como se percebe desde logo pela descrição de Saramago, a Igreja de Telões foi alvo de transformações que, realizadas durante a Época Moderna, marcaram para sempre a sua fisionomia. Além dos janelões retangulares que se fizeram rasgar nas paredes laterais da nave e da capela-mor, devemos destacar, cronologicamente, a presença de um significativo conjunto de pintura mural, cuja cronologia tem vindo a ser colocada à roda dos meados do século XVI.

Trata-se de um grupo de diversas pinturas que se distribuem pelas paredes laterais e fundeira da capela-mor, atrás do retábulo-mor, e pelo topo do arco triunfal do lado do Evangelho, embora seja de crer que existam também por detrás dos dois retábulos colaterais (Bessa, 2008: 372). Estes testemunhos foram estudados por Joaquim Inácio Caetano (2006-2007: 57-68) e por Paula Bessa (2008: 372-375). Hoje apenas é visível a que se encontra na parede testeira da nave. Começemos, pois, por aqui.

Trata-se de uma cena da *Natividade* e que corresponde, segundo os autores citados, a uma segunda camada. Abaixo desta foi, pois, identificada uma barra de enrolamentos, forma muito utilizada nas pinturas atribuíveis à “oficina activa em Bravães I” (Bessa, 2008: 374), igualmente conhecida como “Oficina II do Marão” (Caetano, 2006-2007: 61), e que certamente é também a responsável pela sua conceção em Telões. Também a área contígua cor-de-rosa pertencerá a esta primeira campanha. Tradicionalmente, a produção pictórica da “Oficina II” situa-se ou entre 1498 e 1504 ou entre 1507 e 1513, decorrendo este intervalo cronológico da leitura do ano de 1501 ou de 1510 nas pinturas do Salvador de Bravães (Ponte da Barca) (Caetano, 2006-2007: 64)<sup>8</sup>. Joaquim Inácio Caetano defende, por isso, que se deve rever a cronologia das pinturas, sobretudo as da “Oficina II do Marão”, que considera seguramente anteriores à cronologia proposta por Luís Urbano Afonso.

<sup>8</sup> Inicialmente, propôs-se como leitura o ano de 1501, sendo que o intervalo cronológico da produção artística desta oficina se situaria entre 1498 e 1504. Mas a releitura da mesma inscrição por parte de Luís Urbano Afonso (2003: 273-274) obrigou a uma redefinição das suas balizas temporais.



A cena da *Natividade* deve-se já a outra oficina, posterior, identificada como a do “Mestre Delirante de Guimarães” (Vandevivere e Carvalho, 1996: 17-32), tendo em conta as torsões de cabeça e a gestualidade que aqui enfatizam o movimento. Atente-se, ainda, ao tratamento dado aos cabelos das figuras, em que o pintor trata as cabeleiras como se desenhasse os cabelos um a um com um pincel muito fino (Caetano, 2006-2007: 64). A presença desta oficina em Telões é facilmente explicável pelo facto de esta Igreja amarantina ser, no século XVI, do padroado da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães. Joaquim Inácio Caetano alude às claras semelhanças existentes ao nível dos pormenores entre esta pintura de Telões e a *Degolação de São João Baptista*, pintura destacada da casa capitular do convento de São Francisco de Guimarães e que, atualmente, se encontra no Museu de Alberto Sampaio (Guimarães)<sup>9</sup>. Não nos podemos esquecer que a responsabilidade pela decoração da capela-mor de uma dada igreja cabia a quem detinha o direito de padroado que, por vezes, assumia, também, a responsabilidade da manutenção e decoração da nave, embora, nas igrejas paroquiais esta coubesse ao patrocínio dos fregueses (Bessa, 2007: 439). A sua conceção deve datar dos anos dez a trinta de quinhentos (Caetano, 2006-2007: 64).



Arco triunfal. Parede do lado do Evangelho. Pintura mural. *Natividade*.

Como é frequente nas pinturas atribuídas a esta oficina, as personagens – Nossa Senhora, São José e o Menino –, são enquadradas por um espaço arquitetónico, de que bem se vê o pavimento composto por mosaicos quadrados, brancos e de outra cor contrastante. Esta pintura conservou-se quase completa, escondida por debaixo de camadas de cal e de sujidade (Caetano, 2006-2007: 60). A sua “libertação”, digamos assim, ocorreu no segundo semestre de 2006 e decorreu de uma intervenção de restauro promovida pela Direção-Regional dos Edifícios e Monumentos do Norte<sup>10</sup>. Joaquim Inácio Caetano acredita, no entanto, que esta pintura viria a

<sup>9</sup> Caetano (2006-2007: 60) e *Matriznet* (n.º de inventário MAS PD 1) [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.matriznet.dgpc.pt/>](http://www.matriznet.dgpc.pt/).

<sup>10</sup> Até então apenas se percebia a existência de alguns fragmentos cobertos por camadas de cal e de poeiras, dispersos pela parede fundeira da capela-mor e pela zona superior, do lado do Evangelho, da parede do arco triunfal. O trabalho de restauro foi realizado pela firma ESGRAFITO, de António José Duarte, que foi acompanhado, na sua execução, por Elvira Barbosa (Caetano, 2006-2007: 58).

receber uma outra, por cima, pois apresentava-se bastante picada, provavelmente como resultado da preparação para assentamento de um novo reboco (Caetano, 2006-2007: 60). Conforme nos explica este autor, “a sobreposição de pinturas a fresco é uma situação relativamente vulgar, pois não havia o hábito de demolir o reboco anterior sempre que se modernizava a decoração de uma igreja com uma nova campanha pictórica a fresco” (Caetano, 2006-2007: 62).

As restantes pinturas de Telões, dispostas ao longo da parede fundeira da abside, e suas adjacentes, estão ocultas pelo retábulo-mor neoclássico. O programa pictórico devia desenvolver-se ao longo de toda a parede (Bessa, 2008: 373). Os fragmentos de maior dimensão surgem a ladear a fresta central, muito alterada por ter sido alargada para encaixar o retábulo (Caetano, 2006-2007: 58). Ao centro da composição a figuração de *Santo André*, de que se veem ainda, na parte baixa da pintura, os seus pés descalços, parte da sua túnica e a cruz aspada do seu martírio (Bessa, 2008: 373). Era encimado por anjos segurando contas dispostas ao modo de grinalda, questionando Joaquim Inácio Caetano se seria um rosário (Caetano, 2006-2007: 58). Existia ainda um rodapé com um motivo de paralelepípedos perspetivados. A ladear a imagem do orago veem-se quadri-fólios de um dos tipos recorrentes nas pinturas atribuíveis à oficina que concebeu a *Natividade* da nave, “oficina activa em Bravães I” (“Oficina II do Marão”, segundo designação proposta por Joaquim Inácio Caetano) (Bessa, 2008: 373). As barras de enrolamentos que rematam a zona superior denunciam a mesma oficina<sup>11</sup>. A sua presença está, ainda, testemunhada nesta região na pintura alusiva à *Adoração dos Reis Magos* do Mosteiro de Freixo de Baixo (Amarante).

Conforme Paula Bessa nos dá a conhecer, estas pinturas da abside de Telões são certamente anteriores a 1547, pois aparecem referidas na visitação desse ano feita às igrejas e mosteiros do cabido de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, por ordem do arcebispo de Braga, D. Manuel de Sousa (episc. 1545-1550) (Bessa, 2008: 372). Nelas se determina que “acafelem e pimzelem muito bem a capella [mor] das pinturas pera daqui ate pascoa” (Bessa, 2008: 373). No entanto, as características de modelação evidentes indicam, à autora, uma pintura mais tardia desta oficina com pinturas datadas em “Bravães I” e em 1530, no absidiolo do lado da Epístola de Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras) (Bessa, 2008: 373-374).



Capela-mor. Parede fundeira (atrás do retábulo-mor). Pintura mural. *Santo André*.

<sup>11</sup> Apesar da dificuldade em identificar o esquema compositivo de Telões, Joaquim Inácio Caetano estabelece um paralelismo entre os fragmentos aqui existentes e o conjunto de pinturas da parede fundeira da igreja de Santa Marinha de Vila Marim (Vila Real), atribuída à mesma oficina, designada como “II do Marão”, cujo esquema compositivo seria idêntico (Caetano, 2006-2007: 59).

## O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

A importância de uma igreja dependeu sempre de um número maior ou menor de variáveis que se cruzavam para lhe conferir valor, honra e primazia. A ligação a determinado grupo social, leigo ou eclesiástico, os rendimentos que lhe eram destinados como dotação para a fábrica ou sustento do seu corpo sacerdotal e, ainda, por exemplo, a posse de relíquias que lhe conferissem a qualidade de santuário, poderiam influir na valorização de certo edifício eclesial, entre os demais.

Parece certo que os valores já apresentados para Telões, quer no catálogo das igrejas de 1320, quer na memorialística de setecentos, nos indicam a rentabilidade económica deste edifício, o que, naturalmente, atraía clientelismos e cobiça por parte de leigos e eclesiásticos, uns para afirmar o seu nome, outros para alimentar-se dos seus réditos. Em 1269, um cónego da sé do Porto, Domingos Pais, deixou certas lâmpadas ao mosteiro de Telões, para iluminação e ornamentação dos altares de São Lourenço e Santa Maria Madalena (Morujão, 2010: 358-359). Tê-lo-ia feito por devoção particular? Ligações familiares ao espaço? Não o sabemos, mas a sua oferta revela um ato muito comum ao longo da história da Igreja Católica, o dos legados pios – bens que o fiel deixava a certa igreja ou instituição para bem da sua alma<sup>12</sup>.

Ainda da Idade Média é a cruz processional que hoje se liga a Telões, embora seja difícil estabelecer o percurso histórico desta peça relacionando-o com o do edifício<sup>13</sup>. Trata-se de uma cruz românica, patada, cuja data de execução se poderá fixar no século XII. Ornamentada com motivos de entrelaçado, elementos bebidos em modelos bizantinos, a ausência do Crucificado impede uma leitura cronológica e estilística mais rigorosa da peça que, no entanto, se deve comparar à cruz processional do Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa), proveniente do legado de Barros e Sá<sup>14</sup>, cuja anatomia de Cristo revela as características inerentes aos crucifixos bizantinos que judiciosamente Paul Thoby (1959) estabeleceu.

No período moderno já não havia testemunho dos ditos altares dedicados a São Lourenço e a Santa Maria Madalena<sup>15</sup>. Em 1758, o pároco Sebastião Manuel de Magalhães Meneses de Vasconcelos indica cinco, mas com outras devoções: o maior, onde se exibiam as imagens do padroeiro e de São Pedro; dois laterais edificadas na nave, sendo um titulado do Senhor Crucificado e o outro das Almas; e dois colaterais: um da Senhora do Rosário e outro de Santo António. No século XIX foi executado um sexto, para albergar a devoção ao Sagrado Coração de Jesus.

O retábulo principal, na capela maior, é trabalho recente que articula a gramática barroquizante com elementos certamente colhidos na estrutura anterior, constituindo-se não como um



Cruz processional.

<sup>12</sup> Outro legado, embora já do século XVII, é a custódia-cálice oferecida por João Baptista Cheiroso, em 1697, como refere a inscrição incisa na mesma (Ferreira, 1972). Catálogo n.º 37. Registada no inventário da Diocese do Porto com o n.º PMCO.0071 (Costa e Alves, 2008).

<sup>13</sup> A cruz está registada no inventário da Diocese do Porto com o n.º PMCO.0073 (Costa e Alves, 2008). Integrou um conjunto de cruces processionais medievais inventariadas na diocese portuense, apresentadas recentemente pelo padre Manuel Amorim (2011).

<sup>14</sup> Ambas enquadradas na tipologia I (séculos XI-XII) de cruces de metal (Orey, 2001).

<sup>15</sup> É possível que tais invocações fizessem parte do programa de pintura mural, do qual só resta a *Natividade*, sendo posteriormente substituída pelas invocações atuais dos altares colaterais.



Capela-mor. Retábulo-mor.

pasticho, mas uma reformulação da estética barroca – afinal, a mais disseminada pelos espaços eclesiais e, portanto, o modelo mais comum para expressões posteriores. Do mesmo período ou anteriores à referência memorialística de 1758 são os retábulos colaterais e laterais, embora algo adulterados na sua estrutura e ornamentação original, como veremos.

Os primeiros incorporam elementos claramente maneiristas, de que destacamos a decoração das predelas, colunas com capitéis coríntios e fustes estriados com decoração vegetalista. De cronologia posterior são os áticos decorados com tábuas pintadas que julgamos tratarem-se de reaproveitamentos.

Sobre o altar colateral, junto à parede norte<sup>16</sup>, alça-se o retábulo dedicado à Virgem do Rosário, cuja imagem de vulto pleno do século XVII se encontra exposta em nicho central. É ladeada pelas pinturas de São Domingos de Gusmão e São Francisco de Assis e encimada pela representação de São João Baptista.

Quase simétrico, o retábulo correspondente, edificado no canto sul do topo da nave, aparece titulado por Santo António de Lisboa, imagem setecentista com pouca expressão plástica e profundamente intervencionada em época posterior, como evidenciam os repintes. Lateralmente, duas pinturas representam Santa Ana e São Joaquim, pais da Virgem. No ático, uma tábua apresenta o Espírito Santo na sua iconografia habitual de ave columbina de asas abertas.

Quer na parede norte, quer na parede sul, erguem-se dois retábulos embutidos em arcos abertos no paramento. O primeiro é o altar das Almas (século XVII) e o segundo dedicado a Cristo crucificado (século XVIII), ambos referidos pelo pároco memorialista em 1758.

<sup>16</sup> Utilizámos as referências Evangelho e Epístola apenas no respeitante à descrição dos elementos mobiliários e arquitetónicos constantes da capela-mor, pois era neste espaço que se liam as passagens das Sagradas Escrituras.



Nave. Retábulo colateral do lado do Evangelho.



Nave. Retábulo colateral do lado da Epístola.



Nave. Parede norte. Retábulo.



Nave. Parede sul. Retábulo.

Menos compreensível é a presença de um painel em baixo-relevo hoje exposto na parede sul da Igreja. Representa a *Última Ceia* e é trabalho de artífice ou artífices do século XVIII. O inventário de 1924 não a refere<sup>17</sup> nem como peça móvel, nem adstrita a qualquer retábulo ou elemento integrado de ornamentação, pelo que a sua presença em Telões nos suscita dúvidas quanto ao percurso e à sua relação com esta Igreja. Todavia, devemos realçar este tipo de composição que nos remete, por exemplo, ao painel seiscentista do convento dos Remédios de Braga, hoje na posse do Museu Nacional de Arte Antiga (Carvalho, 1999: 206-207). Se o painel bracarense incorpora elementos decorativos e de figuração inspirados nos trabalhos de Marcoantonio Raimondi (1480-1534) e Dürer (1471-1528), podemos ver nesta composição a influência da *Última Ceia* (1542) de Jacopo Bassano (1510-1592). De resto, o mercado de gravuras executado sobre pinturas dos grandes centros artísticos europeus supria as oficinas quanto ao alfofre de temas e iconografias necessárias às encomendas institucionais (Batoréo, 2011).

Devem datar deste período – entre meados de seiscentos e meados de setecentos –, outras transformações arquitetónicas que alteraram interior e exteriormente a Igreja de Telões, nomeadamente os janelões da nave e capela-mor, o coro e respetivo acesso, a edificação da sacristia e da galilé.

Possuímos um registo quase sucessivo de livros de visitasões para Telões, desde meados do século XVI até ao século XIX, que nos permite avaliar do interesse e do investimento posto na organização e manutenção do espaço nesse período.

Em 1547 são várias as admoestações e obrigações impostas aos fregueses, cura e padroeiro da Igreja, referentes a reparações várias na capela maior, corpo da Igreja, adro e alpendre. Em relação a este último microespaço, é referida pelo visitador a necessidade de o telhar e percintar, ampliando a sua entrada, fechando-a, porém, com “grades bem assentadas pera que não posa entrar o guado”<sup>18</sup>.

Em 1565 já se refere a sacristia e a necessidade de ser “pincelada”<sup>19</sup> e no ano seguinte pede-se um púlpito, sopena de quinhentos reis. Em 1580, a capela maior estava mergulhada em escuridão, por causa de certos “encerrados” que ocupavam as frestas. O visitador mandava, assim, ao padroeiro, que pusesse nos referidos vãos “huas vidraças com suas redes de fora de fio meudas para claridade da capela”<sup>20</sup>.

A maioria das advertências vão, contudo, no sentido de acautelarem, padroeiros e fregueses, o acervo têxtil e mobiliário da Igreja, chamando a atenção para a ausência de certas alfaías e paramentos.

No século XVIII, as queixas repetem-se: em 1782 notava-se para o mau estado do altar-mor e do sacrário, sem cortinados nem pavilhão. O pavimento da sacristia e as frestas da capela maior obstavam quer à circulação, quer à celebração eucarística. Mas foi o corpo da Igreja que

17 SGMF – Arquivo – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, Porto, Amarante, Arrolamentos dos Bens Culturais, Telões, liv. 67, fl. 136-139v.

18 “Percintar” pode referir-se ao ato de preencher as juntas entre as pedras do pavimento, *apud* [S.a.] – Visitasões dos arcebispos de Braga às igrejas e mosteiros do cabido de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães no século XVI. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Vol. 12 (1949-1950) 99-145.

19 [S.a.] – Visitasões dos arcebispos de Braga às igrejas e mosteiros do cabido de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães no século XVI. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Vol. 13 (1951) 94-96.

20 [S.a.] – Visitasões dos arcebispos de Braga às igrejas e mosteiros do cabido de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães no século XVI. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Vol. 12 (1949-1950) 116.



Nave. Parede sul. Painel. *Última Ceia*.

nesse ano recebeu a mais severa advertência: a nave encontrava-se por forrar, as paredes por dealbar e o chão por soalhar. Também os altares colaterais evidenciavam deformidades, pelo que o visitador ordenava a reedificação do espaço e a construção de retábulos (a fonte fala sempre em altares) de “urna moderna com suas pinturas de mármore, e outro so nas guarniçoens, com suas sanefas como as do Altar das Almas todos em igual correspondência e proporção, que fiquem com o supedâneo do levantado (...)”<sup>21</sup>. Estas obras parecem ter sido executadas no prazo estipulado, porquanto em 1784 se diz que: “os obrigados aos dous altares do Corpo da Igreja que sam o das Almas e Sancto Nome lhes deram comprimento as ditas obras capituladas na vezita passada”<sup>22</sup>.

Sucedem-se, até à entrada do século XIX, as queixas sobre o estado do mobiliário e têxteis. E, já em 1831, reporta-se uma queixa dos fregueses de Telões sobre a necessidade de sinos maiores, cujo toque fosse audível a maior distância, “pois que tendo esta freguesia mais de huma legoa circumferencia, e lugares distantes da Igreja quazi meia Legoa tanto para hum lado como para o outro não podião ouvir os pequenos sinos que presentemente há nem mesmo sabião quando sahia o Sagrado Viatico, ou quando falecia algum Irmão senão passados dias”<sup>23</sup>. Estipulou o visitador que se realizasse uma finta entre as 1301 pessoas de sacramento para a compra de novos sinos, sendo um deles fabricado com o remanescente dos dois pequenos<sup>24</sup>.

21 ADB – Visitas e Devassas, Sousa & Ferreira, 1.ª parte, L. 117, fl. 12-12 v.º.

22 Idem, *ibid.*, fl. 18.

23 ADB – Visitas e Devassas, Sousa & Ferreira, 1.ª parte, L. 118, fl. 18 v.º.

24 Idem, *ibid.*

## AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Há um hiato de mais de um século ao nível das notícias que a época contemporânea nos legou sobre Santo André de Telões. Tal será talvez justificável pelo facto de o reitor Manuel Carvalho Coutinho ter informado, em 1864, o diretor das Obras Públicas do Porto que a “Egreja Paroquial desta freguesia mostrava ainda a descensia [sic] necessária e vem [sic] construída”<sup>25</sup>. Deste modo, só no início da década de setenta do século seguinte é que voltamos a ter notícias institucionais sobre este edifício amarantino.

Em finais de dezembro de 1972, foi solicitado à Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), pela 4.ª Subsecção da 2.ª Secção da Junta Nacional de Educação, que organizasse “um processo documental com vista a eventual classificação da Igreja Românica de Telões e seu recheio, em Amarante”<sup>26</sup>. Uma memória datada de 4 de abril de 1973 alude aos elementos primitivos a considerar, apesar de o edifício ter sofrido “contínuas adulterações”<sup>27</sup>. São eles os “cachorros, as rosáceas, nascente e poente, os capiteis e colunas no arco cruzeiro e os elementos primitivos no pavimento, ainda não visíveis”. Além disso, “verifica-se a existência de frestas entaipadas, pela intromissão de altares, encastrados na parede”. Foram ainda tidos em conta alguns aspetos da fábrica da Época Moderna, como o “tecto de maceira”, a “Ceia do Senhor” e, “nos seus elementos exteriores bastante sóbrios sobressai, a torre sineira e o Adro coberto, que serve de elemento de ligação entre esta e o corpo da Igreja”<sup>28</sup>.

Embora o Secretário de Estado da Instrução e Cultura tenha determinado a classificação deste monumento como Imóvel de Interesse Público, corria ainda o ano de 1973<sup>29</sup>, a verdade é que só a 29 de setembro de 1977 foi publicado o Decreto n.º 129 que definitivamente classificou Santo André Telões<sup>30</sup>.

Dois anos depois, corrido mais de um século após a informação de 1864, a Comissão Fabricqueira de Telões dá conhecimento do estado de ruína que a galilé e o coro acusam, sendo que “ambos os locais ameaçam ruir a qualquer momento dado o precário estado de conservação, o que provocará, para além do mais, danos materiais onerados”<sup>31</sup>. Em junho de 1980 prepara-se já, oficialmente, o concurso para a realização da empreitada de “apeamento dos dois coros indevidamente construídos em épocas diferentes, mas com impropriedade, bem como à consolidação e reparação da cobertura da galilé”<sup>32</sup>. Foi estimado que pela quantia de 250.000\$00 se realizariam “os trabalhos mais urgentes na zona da igreja que representam perigo para as vidas das

25 Coutinho, Manuel Carvalho – Missiva de 10 de outubro de 1864. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3216/3. Correspondência igrejas do concelho de Amarante. 1864-1867.

26 Ofício da Direção Geral dos Assuntos Culturais de 28 de dezembro de 1972 [SIPA.TXT.00901118] PT DGEMN:DSARH-010/026-0109 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301350015].

27 Memória de 4 de abril de 1973 [SIPA.TXT.00901123]. Idem.

28 Idem.

29 Ofício JN11/13 (99) da Direção Geral dos Assuntos Culturais de 28 de dezembro de 1973 [SIPA.TXT.00901129]. Idem.

30 DECRETO n.º 129. *D.R. Série I*, 226 (77-09-29) 2390-2396.

31 Neto, Nelson Castro Borges – Missiva de 16 de julho de 1979 [SIPA.TXT.00901130] PT DGEMN:DSARH-010/026-0109 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301350015].

32 Ofício n.º 8543 da DREM de 25 de junho de 1980 [SIPA.TXT.00901134]. Idem.

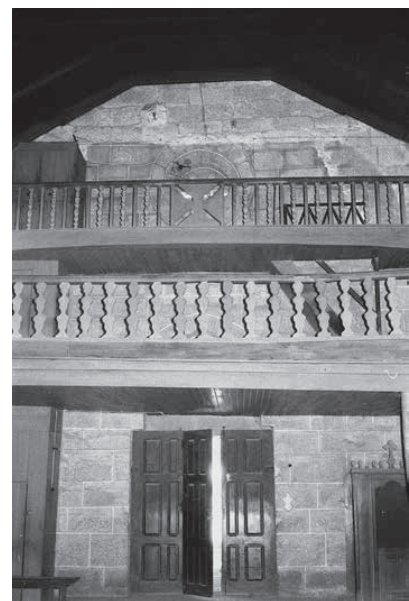


pessoas que nela assistem à celebração do culto”<sup>33</sup>. No ano seguinte foram realizados diversos trabalhos na galilé e na sacristia<sup>34</sup>.

Digna de nota é a iniciativa que o Grupo Coral da Paróquia de Telões encetou, em 1984, com vista à “angariação de fundos destinados à aquisição do novo altar para o Mosteiro”<sup>35</sup>. Em maio desse ano, o padre Nelson Castro Borges Neto envia um pedido de ajuda financeira à DGEMN para que possam ser realizadas diversas obras de que a Igreja se mostra necessitada e que a Comissão Fabriqueira de Telões não tinha capacidade para dar resposta sozinha<sup>36</sup>. Ao longo da década de 1980 sucedem-se as obras de conservação desta Igreja de Telões (Basto, 2006), de que destacamos a intervenção realizada em 1988 ao nível das coberturas<sup>37</sup>.

Entre 2005 e 2007 foi Santo André de Telões novamente alvo de um conjunto de profundas intervenções de conservação, que não só incidiram sobre a sua fábrica arquitetónica como também se voltaram para a salvaguarda do seu espólio móvel, nomeadamente do retábulo-mor, dos retábulos colaterais, do púlpito e do baixo-relevo alusivo à *Última Ceia de Cristo* e conceção de novo mobiliário para o presbitério<sup>38</sup>.

Em 2010, Telões passa a integrar a Rota do Românico. E, tal como muitos outros monumentos amarantinos, foi alvo de um projeto de salvaguarda e valorização. A sua concretização prevê a “reabilitação do exterior da igreja e área circundante, largo da igreja e área envolvente a este” (Marques e Dinis, 2012: 3). Está ainda previsto um projeto de conservação e restauro do púlpito e do retábulo do calvário (Duarte, 2010a), dos retábulos das alminhas e do Sagrado Coração de Jesus (2010b) e dos retábulos de Nossa Senhora do Rosário e de Santo António (2010c). [MLB / NR]



Nave. Coros altos antes da intervenção da DGEMN (1973). Fonte: arquivo IHRU.

33 Memória de 1 de julho de 1980 [SIPA.TXT.00901145]. Idem.

34 Memória de 31 de julho de 1981 [SIPA.TXT.00901164]. Idem.

35 Teixeira, Maria da Graça Pinheiro; Machado, Maria de Fátima Ferreira; Teixeira, Maria de Fátima Lourenço – Missiva de 19 de março de 1984 [SIPA.TXT.00901178]. Idem.

36 Neto, Nelson Castro Borges – Missiva de 25 de maio de 1984 [SIPA.TXT.00901180 e SIPA.TXT.00901179]. Idem.

37 Memória de 10 de agosto de 1988 [SIPA.TXT.00901197 a SIPA.TXT.00901199] PT DGEMN:DSARH-010/026-0109 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301350015].

38 IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREMNDM – DGEMN:DREMNDM-2732/12 a 15.

## CRONOLOGIA

Até ao século XI: cronologia provável para fundação do mosteiro de Telões;

Século XIII: Telões estava afeto à terra ou julgado de Basto;

Século XIII (1.ª metade): cronologia possível para edificação da Igreja românica com base nos vestígios remanescentes;

1269: Domingos Pais, cónego da sé do Porto, deixou certas lâmpadas ao mosteiro de Telões, para iluminação e ornamentação dos altares de São Lourenço e Santa Maria Madalena;

1320: refere-se a Igreja de Telões na terra de Sousa, contribuindo com 1200 cruzados para as Cruzadas;

1475: o padroado do mosteiro de Telões transita para a colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães);

Século XVI (inícios): primeira campanha de pintura mural na Igreja de Telões;

1510-1580: documentam-se várias intervenções na Igreja de Telões, aconselhadas pelos visitantes diocesanos;

1782-1784: construção dos retábulos colaterais conforme indiciam as visitas;

Século XIX: foi executado um quinto retábulo para a Igreja de Telões;

1831: os fregueses de Telões apelam à necessidade de sinos maiores;

1864: considera-se que a Igreja de Telões se encontrava em "razoável estado de conservação";

1972-1977: processo de classificação da Igreja de Telões como Imóvel de Interesse Público;

1980: apeamento dos dois coros altos que existiam sobre a porta principal;

Década de 1980: foram realizados diversos trabalhos de conservação e restauro na Igreja;

2005-2009: ação de salvaguarda sobre a fábrica de Telões, incluindo o seu património móvel e a reformulação da zona da celebração eucarística;

2006: descoberta da pintura mural na Igreja de Telões;

2010: a Igreja de Telões passa a integrar a Rota do Românico.

235

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Mosteiro de Telões / Igreja paroquial de Telões / Igreja de Santo André: coro alto* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., 1973]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004825, FOTO.00055381.

\_\_\_\_\_ – Visitas dos arcebispos de Braga às igrejas e mosteiros do cabido de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães no século XVI. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Vol. 12 (1949-1950) 99-145.

\_\_\_\_\_ – Visitações dos arcebispos de Braga às igrejas e mosteiros do cabido de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães no século XVI. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Vol. 13 (1951) 94-96.

AFONSO, Luís Urbano – A cronologia das pinturas de S. Salvador de Bravães: uma reapreciação. In SERRÃO, Vítor, dir. – *Artis - Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*. N.º 2 (2003) 273-274.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALMEIDA, Fortunato; PERES, Damião, dir. – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livaria Civilização, 1971.

AMARAL, Manuel, coord. – *Amarante visitada*. Amarante: Câmara Municipal, 1985.

AMORIM, Manuel, padre – Cruzes processionais medievais. *Invenire*. N.º 2 (2011) 16-21.

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (ADB) – Visitas e Devassas, Sousa & Ferreira, 1.ª parte, L. 117 e 118.

AZEVEDO, Torcato Peixoto de, padre – *Memorias ressuscitadas da antiga Guimarães... [1692]*. Porto: [Typographia da Revista], 1845.

BARROS, João de – *Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa V: geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919.

BASTO, Sónia (atualização) – “Intervenção realizada”. *Mosteiro de Telões/Igreja paroquial de Telões/Igreja de Santo André* PT011301350015. [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2006. [Consul. 26-02-2012]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

BATORÉO, Manuel – *Os “primitivos portugueses” e a gravura do norte da Europa: a utilização instrumental de fontes gráficas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.

BESSA, Paula – O mosteiro de Pombeiro e as igrejas do seu padroado: mobilidade de equipas de pintura mural. In COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 7, 2005, Porto – *Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa: actas*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

\_\_\_\_\_ – *Pintura mural do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna no norte de Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 2008.

CAETANO, Joaquim Inácio – Novas achegas para a compreensão da actividade oficial nos séculos XV e XVI: as pinturas murais das igrejas de Santo André de Telões, Amarante, de Santiago de Bembrive, Vigo e de S. Pedro de Xurenzás, Boborás na Galiza. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*. Vol. 5-6 (2006-2007) 57-68.

CARVALHO, Maria João Vilhena de – Última Ceia [cat. 85]. In *Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: Edições Inapa, 1999.

COSTA, José Augusto Coelho Abreu; ALVES, Ruben Filipe dos Santos – *Ostensório* PMC0.0071 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2008. [Consult. 26 de fevereiro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org>>.

\_\_\_\_\_ – *Cruz\Processional* PMC0.0073 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2008. [Consult. 26 de fevereiro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org>>.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

DECRETO n.º 129. D. R. *Série I*. 226 (77-09-29) 2390-2396.

DUARTE, Artur Jaime – *Igreja românica de Telões, Amarante: conservação e restauro do púlpito e retábulo do calvário*. Porto: Artur Jaime Duarte, 2010a. Texto policopiado.

\_\_\_\_\_ – *Igreja românica de Telões, Amarante: conservação e restauro do retábulo das alminhas e do retábulo do Sagrado Coração de Jesus*. Porto: Artur Jaime Duarte, 2010b. Texto policopiado.

\_\_\_\_\_ – *Igreja românica de Telões, Amarante: conservação e restauro do retábulo de Nossa Senhora do Rosário e do retábulo de Santo António*. Porto: Artur Jaime Duarte, 2010c. Texto policopiado.

FERREIRA, J. A. Pinto Ferreira, dir. – *Alfaias litúrgicas da diocese do Porto: exposição documental e artística realizada na Casa do Infante...* Porto: Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade, 1972.

LOIS GARCÍA, Xosé – *Simbologia do românico de Amarante*. Amarante: Edições do Tâmega, 1997. p. 69.

LOPES, Eduardo Teixeira – *A terra de Celorico de Basto na Idade Média: inquirições régias*. [S.l.: edição de autor], 2008.

MARQUES, Henrique; DINIS, Rui – *Salvaguarda e valorização da igreja românica de Telões*. Paredes: SPACE WORKERS, 2012. Texto policopiado.

MOREIRA, Domingos A. – Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 7-8 (1989-1990) 7-119.

MORUJÃO, Maria do Rosário, coord. – *Testamenti ecclesiae portugaliae: 1071-1325*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2010.

NIZA, Paulo Dias de – *Portugal sacro-profano...* Lisboa: na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767.

OREY, Maria Leonor Borges de Sousa d', coord. cient. – *Inventário do Museu Nacional de Arte Antiga: coleção de metais cruces processionais: séculos XII-XVI*. Lisboa: Ministério da Cultura/IPM, 2001. ISBN 972-776-062-7.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território - IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM/DM – DGEMN:DREM-2732/12 a 15.

\_\_\_\_\_ – *Processos vários*. N.º IPA PT011301350015 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, Porto, Amarante, Arrolamentos dos Bens Culturais, Telões, liv. 67, fl. 136-139v.

REAL, Manuel Luís – O românico português na perspectiva das relações internacionais. In VALLE PÉREZ, Xosé Carlos; RODRIGUES, Jorge – *Românico en Galicia y Portugal/Românico em Portugal e Galiza: catálogo da exposição A Arte Românica em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2001.

SANTO TOMÁS, Leão, frei – *Benedictina lusitana...* Coimbra: na Officina de Manuel Carvalho 1651.

SARAMAGO, José – Atravessar a serra do Marão. In AMARAL, Manuel, coord. – *Amarante visitada*. Amarante: Câmara Municipal, 1985.

THOBY, Paul – *Le crucifix des origines au Concile de Trente: étude iconographique*. Nantes: Bellanger, 1959.

VANDEVIVERE, Ignace; CARVALHO, José Alberto Seabra – O mestre delirante de Guimarães. In *A coleção de pintura do Museu Alberto Sampaio: séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 1996.